

## O moderno no passado: projetos de reusos adaptativos como estratégia de conservação do patrimônio histórico edificado

Maísa Veloso

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN).

Endereço: PPGAU/UFRN, Centro de Tecnologia, Campus Central da UFRN.  
CEP: 59.072-970. Lagoa Nova. Natal/RN. Fone/fax: (84) 3215-3776  
e-mail: maisaveloso@uol.com.br

### RESUMO:

O texto apresenta uma reflexão acerca das vantagens e dos limites de projetos de reusos adaptativos de edificações históricas, que visam, em tese, a sua conservação, ou, como é mais freqüente, a sua integração à vida contemporânea. Aborda a questão do ponto de vista das intervenções projetuais circunscritas ao edifício e a seu entorno imediato, que podem ser mais ou menos modificadoras de suas unidades estética, formal e histórica. A discussão baseia-se na revisão crítica de algumas das principais referências constantes na literatura sobre o assunto, ilustrando-a com exemplos de projetos executados em edificações não modernistas, como sugere o recorte temporal proposto para este seminário. A reutilização de edifícios históricos é uma prática cada vez mais recorrente no Brasil e no mundo, sobretudo nas grandes cidades onde praticamente não há mais estoques de áreas livres para novas intervenções, a não ser pela demolição do patrimônio edificado pré-existente ou pela sua reciclagem, requalificação, reconversão ou *retrofit*. E tão variadas quanto as expressões utilizadas, muitas vezes indistintamente, para designar estes processos, são as formas de intervenção por meio de projetos, não raro concebidos e realizados por profissionais sem uma formação especializada para atuação neste campo específico. Como afirma Choay, a reintegração de um edifício desativado ou subutilizado a um novo uso, subtraindo-o a um destino de museu, “é a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio (2001, p.219). “A prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial. Ela deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que por isso varia de país para país” (ibid., p. 222). Parece ser então urgente que a academia encare a questão não só como legítima como indispensável à formação dos futuros arquitetos urbanistas, cada vez mais fadados a atuar em contextos edificados pré-existentes, muitos deles de inestimável valor histórico. A análise das diferentes formas de intervenção, em especial de inserção de usos e elementos de arquitetura contemporâneos em edifícios históricos pré-modernistas (ou do “moderno” no “passado”, como definidos na chamada deste seminário) será feita, principalmente, à luz das categorias analíticas sistematizadas por Gracia (1992) em torno de três marcos projetuais operativos: os níveis de intervenção; os padrões de atuação; e as atitudes frente ao contexto pré-existente. Embora do ponto de vista teórico-metodológico os princípios de intervenção no patrimônio histórico edificado (que estão longe de ser consensuais) independam de filiações histórico-estilísticas, do ponto de vista da prática intervencionista, “o sentido, a consistência e a historicidade” da obra arquitetônica no dizer de Piñón (2006), ou a sua “singularidade” na expressão de Audrerie (2003), colocam questões específicas de projeto, como, por exemplo: a correspondência entre exterior e interior ou entre caixa mural e configuração espacial interna, considerada indissociável nos projetos modernistas, e que, portanto, tornaria inadmissíveis intervenções por operação de esvaziamento interno ou por “curetagem” (Choay, 2001) em edifícios deste tipo, parece não ser considerada tão relevante em projetos de modificações em edificações não modernas, nas quais sensíveis modificações nas envoltórias e/ou em seus espaços internos parecem indicar uma possível, senão permissível, autonomia entre os mesmos.

Palavras-chave: patrimônio; reutilização de edifícios; formas de intervenção projetuais.

### Past modern: adaptive re-use designs as a strategy for conservation of the built heritage

ABSTRACT:

This text presents a reflection regarding the advantages and limitations of adaptive re-use designs for historic buildings aiming, in principle, at their conservation or, as more frequently planned, their integration into contemporary life. This question is analysed from the viewpoint of design interventions circumscribed to the building and its immediate surroundings, which may cause either more or less modifications on their aesthetical, formal and historical units. The discussion is based on a critical review of some of the main references included in the pertinent literature, illustrating it with examples of designs implemented on non modernist buildings, as suggested by the chronological boundaries proposed for this seminar. The re-utilization of historic buildings is an increasingly recurrent "praxis" in Brazil and in the world, particularly in big cities, where stocks of open areas for new interventions are scarce, except by the demolition of pre-existing built heritage or by recycling, re-qualification, conversion or *retrofit*. As varied as the expressions then utilized, many times indistinctly, to designate these processes, are the modes of intervention by way of designs not rarely conceived and performed by professionals lacking specialized training for this specific field. As stated by Choay, the reintegration of a deactivated or sub-utilized building for a new utilization, saving it from a museum fate, "is the most paradoxical, audacious and difficult way for the heritage valuation (2001, p.219) "The practice of re-utilization should be the object of a special pedagogy. It derives from common sense but also from a sensibility inscribed during the long life of urban traditions and behaviors regarding heritage, which therefore varies from country to country" (ibid, p.222). Thus, it seems to be urgent for the academy to face this matter both as legitimate and indispensable for the training of future urbanistic architects, increasingly led to act upon pre-existing built contexts, many of them bearing invaluable historical value. The analysis of different modes of intervention, particularly the insertion of uses and elements of contemporary architecture in historic pre-modernist buildings (or "past modern" as defined in the call for papers for this seminar) shall be mainly done with basis on the analytical categories systemized by Gracia (1992) in connexion with three operative design points: intervention levels, action standards and attitude towards the pre-existing context. Although from a theoretical-methodological viewpoint the principles of intervention on the built historic heritage (which are far from being consensual) do not depend on historicist affiliations, from the viewpoint of the interventionist practice "the sense, the consistency and the historicity" of the architectural work, as stated by Piñon (2006), or its "singularity", as expressed by Audrerie (2003), place specific design questions, such as the relation between exterior and interior or between mural case and internal spatial configuration, considered to be impossible to dissociate in modernist designs, thus disallowing interventions by way of internal emptying operations (Choay, 2001) on this kind of building, this does not seem to be so relevant in modification designs for non modern buildings, where substantial modifications on their cases and/or internal spaces seem to indicate a possible, if not permissible, autonomy between them.

Key words: heritage, re-utilization of buildings, modes of designs for interventions

## **O moderno no passado: projetos de reusos adaptativos como estratégia de conservação do patrimônio histórico edificado**

### **Introdução**

Este artigo apresenta uma reflexão acerca das vantagens e dos limites de projetos de reusos adaptativos de edificações históricas, que visam, em tese, a sua conservação, ou, como é mais freqüente, a sua integração à vida contemporânea. Aborda a questão do ponto de vista das intervenções projetuais circunscritas ao edifício e a seu entorno imediato, que podem ser mais ou menos modificadoras de suas unidades estética, formal e histórica. A discussão baseia-se na revisão crítica de algumas das principais referências constantes na literatura sobre o assunto, ilustrando-a com exemplos de projetos executados ou propostos para edificações não modernistas, como sugere o recorte temporal proposto para este seminário.

Inicialmente, serão feitas considerações sobre as especificidades do projetar em ambientes históricos edificados e sobre as diferentes formas de intervenção, em especial através da inserção ou da adição de elementos de arquitetura contemporâneos em edifícios históricos pré-modernistas (ou do “moderno” no “passado”, como definidos na chamada deste seminário). Discussão, sobretudo do ponto de vista estético-formal, e que se dará, principalmente, à luz das categorias analíticas sistematizadas por Gracia (1992) em torno de três marcos projetuais operativos: os níveis de intervenção; os padrões de atuação; e as atitudes frente ao contexto pré-existente.

Em seguida, será um pouco mais aprofundada a questão do reuso propriamente dito, como uma estratégia de conservação e, sobretudo, de reabilitação de edifícios históricos degradados ou em vias de degradação por subutilização ou desuso, destacando suas potencialidades e também os riscos decorrentes do “mau uso” desta estratégia.

No terceiro item, procede-se a uma análise comparativa de diferentes estratégias projetuais em suas diversas combinações: inserção de novos elementos formais sem mudanças de uso (em casos de expansão programática, por exemplo), modificações de uso sem significativas alterações estético-formais; mudanças de uso acompanhadas também de alterações morfológicas relevantes, em todos os casos, seja do ponto de vista do interior (espaços internos e elementos estruturais/construtivos) como do exterior da edificação (caixa mural e adições de anexos), dentre outras tantas situações possíveis.

Por fim, esboçam-se alguns elementos de conclusão.

### **Especificidades do projetar em ambientes históricos edificados**

Partindo-se do princípio de que projetar significa sempre modificar algo pré-existente - um sítio, um lote ou um contexto urbano ou arquitetônico já edificado -, que devem ser inevitavelmente

considerados na proposta (ainda que pela negação ou pelo contraste em relação aos mesmos, também formas de “considerá-los”), no caso de ambientes de valor histórico, essa pré-existência não só assume significados especiais, como coloca algumas questões particulares tanto para a análise como para a concepção e o desenvolvimento do projeto.

Do ponto de vista sócio-cultural, seria preciso, antes de tudo, entender o significado social e histórico do objeto de intervenção, o que varia, como diz Choay (2001), segundo a cultura patrimonial de cada país/lugar. Para Byard (2005), sempre que uma nova intervenção (no caso, arquitetônica) ocorre sobre uma antiga, para responder a alguma necessidade de mudança, modifica-se também a identidade do edifício ou do lugar no qual se insere, criando-se uma nova identidade combinada, que expressa novos significados. É o que também diz Gracia, por outras palavras: alterar lugares existentes sempre afeta mais ou menos seu *genius loci*, mas, ressalta que a modificação só se justifica se os tornarmos mais adequados para a vida humana no presente (1992, p.178). É aí que se insere a questão da reutilização funcional ou programática das estruturas pré-existentes, de forma a adequá-las à vida contemporânea. Voltaremos a tratar deste ponto mais adiante.

Mas, além de um significado social e histórico, o edifício possui também um significado artístico e arquitetônico, que está nele mesmo, independentemente de seu reconhecimento social, que quando ocorre, muitas vezes é em momento tardio, em situações de ameaças de perda ou depois dela. O projetista que atua neste campo deve então também procurar compreender este significado “deixando falar o edifício”, considerando-o como matriz gestáltica (de relações topológicas, geométricas, tipológicas, e outras) para as ações modificadoras, sem, contudo, e ao mesmo tempo, desprezar seu inevitável processo de mutação ao longo do tempo e sua inserção num contexto sócio-cultural atual, no que se refere a aspirações e necessidades pragmáticas do presente. Assim, a adequação das formas (antigas) a usos e tecnologias (modernos) adquire especial significado.

São então inúmeros os problemas a considerar e as formas possíveis de intervenção em sítios e edifícios históricos. Diante desta diversidade, o projeto de intervenção neste campo requer a adoção de um critério racional (um método), condição necessária, porém não suficiente, como destaca Gracia. Além de uma crítica metodológica inicial, considerando os diversos aspectos (subjetivos e objetivos) envolvidos, seria preciso fundamentar as ações em uma “teoria geral da modificação”, construída a partir do reconhecimento de fundamentos comuns em modos de intervenção distintos (1992, p. 186).

A compreensão destes fundamentos começa pela fixação dos limites de onde acaba a conservação propriamente dita e começa a modificação, ou seja, entre restauração e reabilitação, bem como dos níveis em que elas podem ocorrer, às vezes, de forma combinada. Por exemplo: quando há restauração apenas das envoltórias do edifício com sensíveis modificações em seu interior, por meio de inserção de novos usos e/ou elementos de arquitetura, numa dissociação

mais ou menos acentuada entre caixa mural e configuração espacial interna, em que se prioriza, em geral, a primeira em relação à segunda. A primazia conferida à caixa mural remonta ao Renascimento, seguindo-se ao longo dos séculos, sem que isso significasse necessariamente a preservação de seus componentes estilísticos originais. As restaurações interpretativas adequando as fachadas dos edifícios a uma nova ou velha ordem estilística, considerada ideal, estão presentes tanto em Alberti, Brunelleschi e Palladio, no Quattrocento italiano, passando por Viollet-le-Duc na França do século XIX, como ainda persistem, de certo modo, nos dias atuais, no historicismo invertebrado de algumas das tendências contemporâneas. Mas não se deve aqui confundi-las já que pautadas em valores distintos. Nos primeiros, buscava-se uma unidade estética e histórica perdida ou adoção de uma outra considerada legítima; nas últimas, as chamadas tendências pós-modernas, há quase sempre a valorização de cenários (re)criados, exaltando um passado que nem sempre existiu, e muitas vezes com total desrespeito pela morfologia interna dos edifícios.

Por sua vez, a adição de novos elementos arquitetônicos em edifícios antigos, prática cada vez mais freqüente, coloca problemas concretos de composição projetual, os quais envolvem, segundo Gracia: i) relações topológicas de inclusão, interseção ou exclusão (Figuras 1 e 2); ii) relações métricas, geométricas e de proporção, que devem ser consideradas no sentido de se obter uma “congruência gestáltica”; iii) reiteração de recursos figurativos ou estilísticos para favorecer a continuidade da imagem; iv) homologações das escolhas formais mediante o recurso do parentesco tipológico (1992, pp.187-188). A modificação mediante a utilização destes instrumentos de projeto, pode se dar em diferentes níveis de intervenção (circunscrita ao edifício, no lugar em que ele está inserido ou ainda em uma conformação urbana mais abrangente), e por diferentes padrões de atuação que incluem a consideração do tecido e dos espaços urbanos pré-existent, da continuidade da imagem na paisagem urbana, a recriação, por analogia, de formas tipológicas predominantes em um lugar, ou até mesmo pela colisão intencional das estruturas formais. Além disso, em termos de soluções arquitetônicas, são variadas as atitudes possíveis frente ao contexto, que vão desde a sua consideração, passando pelo contraste intencional até a sua total negação.



Figura 1: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (exemplo de inclusão). Fonte: Revista AU, nº 110, maio, 2003.



Figura 2: Museu Rodin, Salvador (interseção da circulação vertical e exclusão do anexo em relação ao edifício antigo). Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst149/inst149.asp>

Para Byard (2005), as adições do novo ao antigo se dão através de processos de *extensão*, *derivação*, podendo até chegar à *transformação* radical do contexto pré-existente. A extensão de um edifício se dá pelo acréscimo de alas, blocos ou outros anexos contíguos, sem que haja necessariamente mudanças de uso. É o caso, por exemplo, do projeto de Louis Kahn (1953), para a *Yale University Art Gallery*, adicionado ao antigo prédio eclético uma composição modernista, cuja força está na simplicidade, clareza/legibilidade, além do respeito ao gabarito pré-existente (Figura 3). Atitude similar pode ser encontrada no projeto de Edson Mahfuz para o Museu do Telefone, no Rio de Janeiro, em 2001 (Figura 4). Exemplo bem menos discreto, que exprime um mesmo procedimento, mas com outra atitude frente ao contexto existente, encontra-se no projeto de Coop Himmelblau (1989) para a Falkestrasse 6, em plena Viena barroca; uma adição provocativa pela sobreposição de uma estrutura high-tech que abriga salas de conferência e novos escritórios de uma firma de advocacia instalada no antigo edifício (Figura 5). Não menos contraste entre o antigo e o novo, observa-se na extensão feita por Josef Kleihues para o *Museum for Pre and Early History*, em Frankfurt (1989); uma adição com recursos figurativos tipicamente pós-modernos (Figura 6).

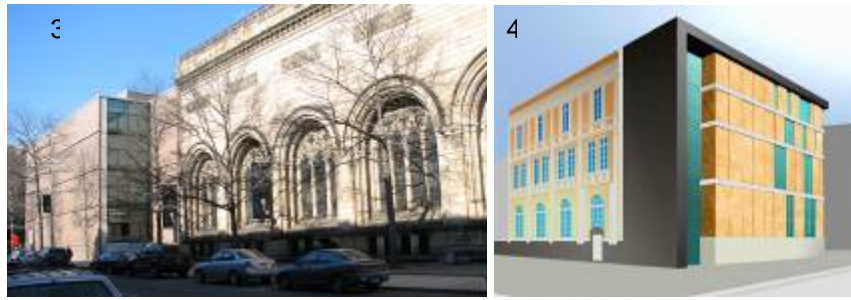


Figura 3: Yale University Art Gallery. Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki>

Figura 4: Projeto para o Museu do Telefone, no Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.mahfuz.arq.br/>

As derivações do edifício original ou pré-existente ocorrem por adição de elementos a ele não contíguos (ou por exclusão, na classificação de Gracia), com maior ou menor grau de independência. Este é o caso, por exemplo, do Carré d'Art, adicionado à antiga Maison Carré, por Norman Foster em Nîmes/França, 1991 (Figura 7). Apesar da diferença, há um diálogo entre o antigo e o novo, em uma relação de interdependência. Este diálogo não ocorre nas adições transformadoras, nas quais são fortes os contrastes e marcante a independência do novo em relação ao pré-existente. Nestes casos, a inserção do novo confere uma nova ordem ao contexto existente, transformando-o. Byard cita como exemplos desta situação a inserção do Centro Georges Pompidou no Beaubourg e da pirâmide de I.M. Pei no Museu do Louvre, em Paris.



Figura 5: Expansão de Escritório em Falkestrasse, 6. Viena. Fonte: <http://architourist.pbwiki.com/>



Figura 6: Museum for Pre and Early History. Fonte: <http://www.archaeologisches-museum.frankfurt.de/english/>



Figura 7: Maison Carré e Carré d'Art, França. Fonte: [http://www.ac-amiens.fr/pedagogie/arts\\_plastiques/](http://www.ac-amiens.fr/pedagogie/arts_plastiques/)

Com estes diversos exemplos de formas de intervenção e de atitudes frente ao contexto, pretendemos demonstrar não só a variabilidade de soluções possíveis pelos instrumentos de projeto mais comumente utilizados neste campo, mas também que nem sempre é a mudança de uso que ameaça a preservação do patrimônio edificado, em sua integridade formal e estilística. Em algumas situações, a simples expansão de um mesmo uso, por operações de inclusão, interseção ou adição, pode comprometer esta integridade.

### **A questão dos reusos adaptativos**

A reutilização de edifícios históricos é uma prática cada vez mais recorrente no Brasil e no mundo, sobretudo nas grandes cidades onde praticamente não há mais estoques de áreas livres para novas intervenções, a não ser pela demolição do patrimônio edificado pré-existente ou pela sua reciclagem, requalificação, reconversão ou *retrofit*. E tão variadas quanto as expressões utilizadas, muitas vezes indistintamente, para designar estes processos, são as formas de intervenção por meio de projetos de reusos, não raro concebidos e realizados por profissionais sem uma formação especializada para atuação neste campo específico. Como afirma Choay, a reintegração de um edifício desativado ou subutilizado a um novo uso, subtraindo-o a um destino de museu, “é a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio (2001, p.219). “A prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial. Ela deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que por isso varia de país para país” (ibid., p. 222).

Já há algum tempo, reconhece-se que manter um edifício em uso é uma das melhores formas de conservá-lo. Mas nem todos os usos são compatíveis com a estrutura pré-existente, sobretudo em termos de configuração espacial interna, dimensões dos recintos, condições de acessibilidade, conforto e salubridade. Para Lemos (1981), o melhor uso é sempre aquele para o qual o edifício foi projetado e/ou construído. Mas como esta manutenção é cada vez mais difícil diante das transformações da vida social, dos costumes, hábito de morar, dentre outros, o edifício histórico está sempre condenado a ter suas funções modificadas, e disto não escapam nem edifícios religiosos ou militares, como igrejas, quartéis e fortes. A questão principal que se coloca neste tipo



de projeto é a definição (e isso quando se pode escolher) de que usos seriam mais compatíveis com aquela estrutura pré-existente, o que pode ser feito por meio de análises morfológicas ou tipológicas, e com o auxílio de instrumentos como os de sintaxe espacial, por exemplo.

Muitas vezes a inadequação não está na mudança de uso per se, mas do programa, seja por meio de uma extensão audaciosa ou da modificação significativa de seus componentes. Este é o caso, por exemplo, de reconversão de antigos casarões coloniais em habitações multifamiliares em São Luís, Maranhão. Um mesmo uso (habitacional) lhes foi destinado, mas com tipos funcionais e programas distintos (apartamentos com um ou dois quartos, com sala, banheiro e cozinha) cujos resultados, desastrosos para a unidade morfológica interna dos edifícios, embora interessantes do ponto de vista da revitalização das fachadas (Figuras 8 e 9) e do próprio centro histórico da cidade, foram analisados por Gonçalves (2006).



Figura 8: Casarão colonial em São Luis/ MA, antes e depois da reconversão em habitação multifamiliar.

Fonte: Gonçalves, 2006.



Fonte: Prodetur, 2003.

Figuras 9: Planta de reforma. Fonte: Gonçalves, 2006.

Nesta relação velha forma/novo uso, colocam-se, então, alguns problemas operativos de projeto. Um deles é justamente a relação entre interior e exterior, o que pode variar conforme a filiação estilística, o estado de preservação do edifício (seu maior ou menor grau de descaracterização),

dentre outros aspectos. Aqui caberia uma ressalva. Embora do ponto de vista teórico-metodológico os princípios de intervenção no patrimônio histórico edificado (que estão longe de ser consensuais) independam de filiações histórico-estilísticas, do ponto de vista da prática intervencionista, “o sentido, a consistência e a historicidade” da obra arquitetônica no dizer de Piñón (2006), ou a sua “singularidade” na expressão de Audrerie (2003), colocam questões específicas de projeto, como, por exemplo, a referida correspondência entre exterior e interior ou entre caixa mural e configuração espacial interna, considerada indissociável nos projetos modernistas, e que, portanto, tornaria inadmissíveis intervenções por operação de esvaziamento interno ou por “curetagem” (Choay, 2001) em edifícios deste tipo. Esta relação parece não ser considerada tão relevante em projetos de modificações em edificações não modernas, nas quais sensíveis modificações nas envoltórias e/ou em seus espaços internos parecem indicar uma possível, senão desejável, autonomia entre os mesmos.

Alguns exemplos de “curetagem” ou de um edifício novo dentro do “cofre antigo” são o projeto de Ungers para o Museu Alemão de Arquitetura (1984) em Frankfurt (Figura 10) e, para tomar um caso brasileiro, a reconversão do antigo convento no Paço da Alfândega, em Recife, hoje um shopping de luxo (Figura 11). Em ambos os casos, há significativa dissociação interior/exterior, sendo que no primeiro se deprecia o interior original. Já no Paço da Alfândega, não houve um processo de esvaziamento do miolo do edifício, pois este já se encontrava praticamente todo arruinado, restando alguns poucos vestígios de elementos originais, como algumas arcadas e fundações. O mesmo ocorreu com a antiga Capitania dos Portos em Natal, da qual só restavam as fundações e a fachada neoclássica, transformada em pórtico que funciona como máscara da edificação modernista inserida no lote por João Maurício de Miranda, hoje chamada a Capitania das Artes (Figura 12).



Figura 10: Museu Alemão de Arquitetura. Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/>

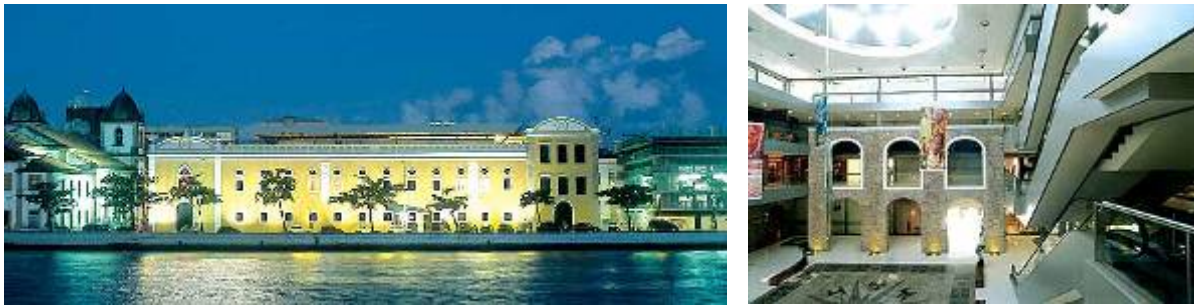


Figura 11: Shopping Paço da Alfândega. Recife. Fonte: [www.arcoweb.com.br](http://www.arcoweb.com.br)



Figura 12: Capitania das Artes, Natal. Fonte: Miranda, 2004.

As soluções estético-formais dos projetos aqui apresentados também estão longe de constituir consenso, mas estas intervenções foram, em sua maioria, movidas pela necessidade pragmática de reintegrar ou adequar antigas estruturas arquitetônicas à vida contemporânea, seja pela inserção de um novo uso, seja pela expansão de um antigo. Assim, procuramos mais uma vez demonstrar que não é a estratégia de reuso *per se* que compromete mais ou menos a preservação do patrimônio, mas sim o conjunto de soluções complexas e interligadas, que envolvem a modificação de um edifício histórico, e que podem ocorrer por combinações as mais variadas, entre as quais se incluem a sua adequação a um novo programa, mais do que a um novo uso propriamente dito.

### **Considerações finais: a combinação de estratégias de ação**

Procurando sistematizar o que foi aqui discutido, podemos então identificar, em resultados distintos como os encontrados nos exemplos apresentados, a combinação de diferentes estratégias projetuais de modificação, no que diz respeito à relação forma/uso:

- i) inserção de novos elementos formais sem mudanças no uso, que ocorrem, por exemplo, em casos de expansão programática, como o demonstrado na figura 03.
- ii) modificações de uso sem significativas alterações estético-formais, cujo exemplo emblemático (e um dos mais citados na literatura) é a intervenção de Carlos Scarpa no Castelvecchio, em Verona, transformado em Museu da Cidade, com absoluto respeito pela unidade estética e histórica do edifício (Figuras 13 e 14).

iii) mudanças de uso acompanhadas também de alterações morfológicas relevantes.

Uma quarta situação, que seria a ausência de alterações no uso e nas formas pré-existentes, insere-se no quadro de conservação e não de modificação por meio de projeto.

Vale ressaltar que as modificações acima assinaladas podem se dar tanto no exterior como no interior das edificações, ou em ambos, e em graus diferenciados, conforme o prestígio que se confere à caixa mural e a sua relação com a configuração espacial interna. Além deste aspecto relevante, também incidem sobre as decisões projetuais, como já assinalado, o estado de preservação e de conservação do edifício, e sua relação com o contexto urbano e sócio-cultural existente.



Figura 14: Castelvecchio, Verona. Fonte: <http://www.travellingbazaar.com/verona%201.html#>



Figura 15: Castelvecchio, Verona. Fonte: <http://www.escet.urjc.es/~lrodriguez/personal/verona.htm>

Enfim, se por um lado o reuso adaptativo, prática cada vez mais freqüente no campo arquitetural, apresenta como vantagem a integração do antigo edifício à vida moderna, por outro, a inserção do “moderno no passado”, ou a incorporação de usos e formas contemporâneas a estas antigas estruturas, se não pautadas tanto em critérios como em uma sensibilidade capazes de preservar

suas unidades estética e histórica (como no caso exemplar acima apresentado), podem, por outro lado, condená-los à própria morte, seja por desfiguração ou mascaramentos cenográficos e epidérmicos das fachadas, seja por esvaziamento do que costuma-se considerar, em tempos ditos modernos, a própria essência da arquitetura, o espaço interno. Esta combinação desastrosa entre tratamento superficial que transforma o patrimônio em uma espécie de alegoria (“para turista ver”) e o esvaziamento do significado de seus espaços e ambiências internas, ocorre, infelizmente, com frequência considerável nos dias atuais, em inúmeros casos de reformas e ampliações, em geral feitas por profissionais pouco qualificados para atuação neste campo, com prejuízos irrecuperáveis para as antigas edificações “adaptadas” ou “renovadas”.

Parece ser então urgente que a academia encare a questão não só como legítima como indispensável à formação dos futuros arquitetos urbanistas, cada vez mais fadados a atuar em contextos edificados pré-existentes, muitos deles de inestimável valor histórico.

### Referências:

- AUDRERIE, Dominique. Questions sur le patrimoine. Bordeaux: Éditions Confluences, 2003.
- BOITO, Camilo. Os Restauradores. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2003.
- BYARD, Paul Spencer. Architecture of Additions – design and regulation. New York/London: WW Norton & Company, 2005.
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2004.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.
- GONÇALVES, Daniela. Moro em edifício histórico: e agora? Avaliação pós-ocupação de habitações multifamiliares no centro histórico de São Luís-MA. Dissertação de Mestrado, PPGAU/UFRN, 2006.
- GRACIA, Francisco de. Construir en lo construido: la arquitectura como modificación. Madrid: NEREA, 1992.
- JEUDY, Henri-Pierre. O espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEMONS, Carlos. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Debates, Coleção Primeiros Passos, 1981.
- MIRANDA, João Maurício. Projetos de intervenção no patrimônio edificado de Natal. CD-ROM, 2004.
- LEUPEN, Bernard *et al.* Proyecto y análisis. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.
- PETERS, Paulhans. Reutilización de edificios: renovación y nuevas funciones. Barcelona: Gustavo Gili, 1977.
- PIÑÓN, Hélio. Teoría del proyecto. Barcelona: Edicions UPC, 2006.
- ZANCHETTI, Silvio; MILET, Vera; MARINHO, Geraldo (org). Estratégias de intervenção em áreas históricas. Recife: MDU/UFPE, 1995.